

Carlos Fortuna¹

Trabalho sociológico: desafios e oportunidades

Quero aproveitar esta oportunidade para tecer breves considerações gerais sobre alguns dos aspectos essenciais que caracterizam a sociedade contemporânea e o modo como a sociologia e, de forma mais ampla, as ciências sociais, se relacionam com eles. Um primeiríssimo tratamento do tema seria argumentar no sentido de que é cada vez mais notória a dificuldade das ciências sociais e da sociologia para converterem em conteúdos de ensino os sinais da transformação social mais evidente. Já não seria assim com as agendas de investigação, em que, por efeito conjugado da integração europeia, do crescimento em número e em competências dos centros de investigação e, por fim, da aceleração da competitividade no seio das ciências sociais, se regista uma crescente incorporação dos temas mais sensíveis e actuais da transformação social, de escala nacional e internacional.

É manifesta a implicação decorrente desta visão repartida – ensino *versus* investigação – da prática da sociologia e das ciências sociais. Tal visão sublinha o tão repetido argumento da inelutável distância (para não dizer in-comunicação) entre aquelas esferas, apesar dos múltiplos e continuamente renovados mecanismos adequados à sua superação.

Pretendo nesta breve comunicação assinalar o papel crucial que uma renovada parceria entre, de um lado, as ciências sociais e a sociologia e, de outro, as instituições como os governos, as universidades e organizações internacionais, pode desempenhar na re-orientação dos

¹ Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra – cfortuna@fe.uc.pt

cenários do ensino e da investigação e, por essa via, da própria acção cívica dos cientistas sociais.

Suspeito que vou, assim, ao encontro directo dos objectivos traçados pelos colegas do Departamento de Sociologia da FLUP – que cumprimento pela organização deste Encontro – quando nos propõem reflectir sobre os conteúdos de ensino e as práticas pedagógicas e de investigação da sociologia. Tratarei de reflectir sobre estes assuntos de uma forma relativamente esquemática, procurando seguir o princípio daquilo que Knorr Cetina chamaria de “prática epistémica”, isto é, sujeitar a análise do conhecimento sociológico a uma tentativa de enunciação e de contextualização dos factores que o condicionam e interferem na sua produção, difusão e apropriação.

Como forma de iniciar a discussão, diria que a produção e a difusão do conhecimento sociológico são, antes de tudo, condicionadas pela rápida transformação tecnológica e informativa dos dias de hoje. Num mundo sujeito a rapidíssimas transformações políticas e culturais, as condições de produção, transmissão e acesso à informação sociológica alteram-se também de forma acelerada. Aquilo que me parece ser mais importante discutir neste domínio é, por um lado, a complexidade e a interconectividade dos conhecimentos e, por outro lado, o sentimento de descanonização dos saberes, que se traduz, de forma mais prosaica, na sensação de rápida desactualização e desgaste do conhecimento.

Esta descanonização tem várias implicações para o tema central deste Encontro. Uma primeira, para a enunciar apenas, diz respeito ao lugar concedido à aprendizagem dos clássicos da sociologia e, de modo lateral, à sua própria identificação que, como sabemos continua a ser objecto de disputa². Uma segunda implicação pode ser enunciada recor-

² Um exemplo desta disputa na consagração dos clássicos da sociologia encontra-se na marginalização a que o cânone disciplinar tem votado contributos teóricos, filosóficos e epistemológicos tão pertinentes quanto diversos de pensadores como, entre outros, Ibn Kaldun (1332-1395), Harriet Martineau (1802-1876), Lucien Lévy-Bruhl (1857-1939), Herman Schmalenbach (1885-1950) ou mesmo Georg Simmel (1858-1918).

rendo à ideia do “fim do longo prazo”, da valorização da instantaneidade e do sentimento da crise da memória colectiva.

Com a enunciação destes princípios está associado um outro que impõe à sociologia e ao seu ensino uma dúvida essencial. Trata-se da ideia do fim das relações directas entre sujeitos e da gradual redução da pertinência das relações de inter-conhecimento. Se antes as relações face-a-face asseguravam a estabilidade relacional das comunidades, afinal um fundamento dos primórdios da própria sociologia, a sua crise actual insinua o desconhecimento pessoal e a fragilidade e o risco como constituintes dos mais diversos arranjos societais. Que estratégias pedagógicas podem aconselhar-se em semelhante alteração de contextos? Mesmo que possa soar como elementar, o que parece poder dizer-se é que se ensine o risco enquanto oportunidade e o individualismo como história da civilização. Não como situação inelutável a que temos que nos sujeitar, mas enquanto terreno de ensaio e oportunidade que tem que ser experimentada, sem o que se pode converter em exasperante pessimismo da própria sociologia.

Decorre daqui, em meu entender, a necessidade premente de discutirmos a natureza de um conhecimento sociológico que, aceite-se a formulação, se apresenta cada vez mais distante e “desligado” da sociedade. Do ponto de vista da história da disciplina, mas também da consistência da avaliação que ela fornece. Haverá realmente uma sociologia *para além* das sociedades, como advogam alguns analistas? Será a sociologia, a ciência que, paradoxalmente, melhor perscruta o fim do social?

Faço esta interrogação partindo de uma manifesta orientação instrumental. Trata-se de uma dimensão que subjaz a interrogações que com frequência são dirigidas aos sociólogos, à sociologia e às ciências

sociais no seu todo. Para que servem? Conhecer para agir, pode ser uma das imediatas e mais convencionais respostas. Há muito que se sustenta que a eficácia da "tecnologia intelectual" (o conhecimento sociológico como infraestrutura) é tanto maior quanto mais territorializada ou contextualizada. O território e o contexto são o "lugar e o tempo vividos", a "cidade concreta", o "país real". Para se operar sobre eles, sustenta-se, temos que os conhecer de perto... não de longe. Por isso o conhecimento global que nos chega, oriundo e manufacturado em paragens distantes e ideologicamente hegemónicas, descontextualizado, não é o pensamento adequado à acção. Quanto muito e de forma mais condescendente, reconhece-se virtude em "pensar globalmente e actuar localmente". Mas, interroguemo-nos por um instante, continua a ser válida esta distinção? Ou, ao contrário, o local e o global encontram-se hoje de tal modo interligados que não somos mais capazes de pensar num deles para actuar sobre o outro? Então como explicar a sociologia? Como justificar a expansão recente desta e de outras ciências sociais por todo o globo? Como entender a institucionalização de *sociologias nacionais e locais*, em tempos de globalização do conhecimento e do "fim" das fronteiras?

A minha hipótese para reflexão é que com o processo de globalização a sociologia amplia o alcance do seu contributo. Tanto geograficamente, como em termos do número de estudiosos e praticantes como no que respeita à profundidade e variedade dos saberes que facultada. Com ela estamos melhor preparados para identificar a contínua mudança dos objectos de estudo, de análise e de intervenção. E isso revela uma faceta de *empowerment* da sociologia que é normalmente negligenciada. A sociologia amplia o conhecimento dos direitos de cidadania, mas também o conhecimento da natureza e das *driving forces* das mudanças

e das dinâmicas sociais, além de permitir um inventário mais esclarecido das necessidades de investigação sobre os macroprocessos sociais que lhes correspondem: a globalização e os seus reflexos, as transformações demográficas, a pressão sobre os recursos e o desenvolvimento sustentável, a sociedade baseada no conhecimento, na informação e na comunicação, a complexidade global e as mudanças institucionais, a governação e a democracia...

Com isto, enuncio um outro espectro de questões sobre como equacionar hoje os conteúdos e as práticas pedagógicas da sociologia. Do que disse antes, ressalta uma preocupação com a dimensão política que o trabalho sociológico encerra. O ensino e a investigação em sociologia devem avaliar de modo rigoroso os seus objectivos, contextos e instrumentos de análise. Por exemplo, pode-se optar por uma sociologia mais preocupada com aquilo que hoje se chama qualidade de vida, que salvo erro, remete para um entendimento mais restritivo de sustentabilidade ambiental. Porque não a sustentabilidade sociocultural dos lugares? Podemos lê-la enquanto justiça social, direitos humanos, segurança, convivência... O que constitui realmente um desafio para a sociologia (ensino e investigação) é, digamos, o plano epistemológico em que estas opções estão a pôr-se nos nossos dias: *a qualidade da existência social* implica um conhecimento sociológico feito no reconhecimento da incerteza e da reflexividade das nossas premissas e conclusões; da magnitude dos problemas e da sua rápida evolução/ampliação; da necessidade da coordenação/cooperação institucional internacional.

Este compromisso cívico e político da sociologia para com a qualidade da existência social impõe uma agenda particular de estratégias e linhas de acção para o trabalho sociológico. Diria, sinteticamente, que

este trabalho sociológico

- (i) tem que ser desenvolvido como *trabalho multidisciplinar*, multisectorial e a níveis de acção diversos;
- (ii) implica a necessidade de se ultrapassarem as *escalas espaço-temporais* em que actuam os decisores políticos;
- (iii) exige tanto um *conhecimento especializado* como o envolvimento público de peritos e investigadores de sociologia e outras ciências sociais e humanas e de outros agentes;
- (iv) deve *saber comunicar* de forma efectiva e fazer propostas claras e socialmente pertinentes, pelo que
- (v) tem de ser levado a cabo como *actividade prospectiva* e ser orientado simultaneamente pela definição/equacionamento dos problemas e pela definição da acção e dos seus instrumentos;
- (vi) por último, o trabalho sociológico deve manter a plena *autonomia intelectual e profissional*.

Neste quadro, chamo a vossa atenção para a *Declaração de Lisboa*³, um texto que, como outros que pretendem fazer pontos de situação e desenhar prospectivamente o futuro próximo, constitui um forte argumento em favor dos arranjos institucionais que poderão assegurar eficácia ao trabalho sociológico tanto enquanto prática pedagógica, como enquanto exercício de investigação ou prática profissional.

A *Declaração de Lisboa* deixa-nos perante dois grandes desafios:

O primeiro diz respeito à necessidade de definirmos conteúdos inovadores para o ensino da sociologia e das restantes ciências sociais, que reforcem a sua qualidade e rompam os limites nacionais, disciplinares e institucionais em que o seu ensino/investigação são muitas vezes

³ Cf. *Boletim Informativo da Associação Portuguesa de Sociologia*, 6: 3 (Julho de 2002).

estipulados.

O segundo desafio lançado pela *Declaração* é o da capacidade para forjar laços de cooperação entre os seguintes parceiros:

- (i) as *universidades*, que devem repensar as suas práticas, reforçar a interdisciplinaridade e contribuir para que o campo da sociologia se auto-organize;
- (ii) os *governos*, que devem promover os recursos e o reconhecimento adequados ao desenvolvimento das ciências sociais, incluindo nomeadamente a promoção do seu ensino ao nível pré-universitário;
- (iii) as *organizações internacionais*, governamentais e não-governamentais, que devem estimular programas de internacionalização das ciências sociais.

Para terminar direi que são dois desafios que devem ser articulados entre si na busca de renovadas parcerias entre instituições e entre formas de saber/fazer sociologia e ciência social.

Como aludi no início desta intervenção, a criatividade dos conteúdos e a articulação institucional podem ser vistas hoje como ágeis oportunidades para o reforço da coerência explicativa interna da sociologia (nomeadamente da interligação entre investigação e ensino) e, do mesmo passo, para o reforço da sua qualidade de acção/intervenção.